

## ***Sujeito em Educação Ambiental: reflexões a partir de uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica***

### ***Subject in Environmental Education: reflections from a subjectivity theory of psychoanalytic nature***

### ***Sujeto en Educación Ambiental: reflexiones desde una teoría psicoanalítica de la subjetividad***

Wanderson Rodrigues Morais<sup>1</sup>

#### **Resumo**

Nosso objetivo, neste trabalho, é discutir possíveis significados sobre a nomeação de sujeitos em relatos de pesquisa que fazem referências a processos de formação do sujeito a partir de práticas em EA. O estudo de tais processos não é recente, e ao longo dos anos nomeações diversas procuram delinear e caracterizar perfis. Este artigo é parte de um estudo mais amplo, em nível de pós-doutoramento. Nesse sentido, notamos que algo desse sujeito sempre escapa, insistindo em retornar, sob a forma de variados nomes, como marca. Assim, neste texto em particular, nos colocamos em um exercício teórico sobre esse processo, fundamentando-nos nas considerações de vários estudiosos da teoria psicanalítica. É possível afirmar que as nomeações podem ser tomadas como efeito da articulação de uma cadeia de significantes no discurso de cada pesquisador; além disso tais nomeações inscrevem características e distinções próprias, tal como um nome próprio, como letra.

**Palavras-chave:** Psicanálise. Temática ambiental. Educação Ambiental. Formação do Sujeito.

#### **Abstract**

In this work we discuss the possible meanings about nomination of subjects in research reports that refers to subject formation processes based on EE practices. The study of such processes is not recent, and over the years different appointments have sought to outline and characterize profiles. This article is part of a broader postdoctoral study. In this sense, we note that something of this subject always escapes, insisting on returning, in the form of various names, as mark. Thus, in this particular text, we engage in a theoretical exercise on this process, basing ourselves on the considerations of several investigators of psychoanalytic theory. It is possible to state that these nominations can be taken as an effect of the articulation of a chain of signifiers in each researcher's discourse; furthermore, such nominations inscribe their own characteristics and distinctions, just like a proper name, like a letter.

**Keywords:** Environmental Education. Environmental thematic. Psychoanalysis. Subject Formation.

#### **Resumen**

Nuestro objetivo, en este trabajo, es discutir posibles significados sobre la nominación de sujetos en relatos de investigación que hacen referencia a procesos de formación de sujetos basados en prácticas en EA. El estudio de tales procesos no es reciente, y a lo largo de los años diferentes nombramientos han buscado perfilar y caracterizar perfiles. Este artículo es parte de un estudio posdoctoral más amplio. En este sentido, notamos que algo de este tema siempre se escapa, insistiendo en volver, en forma de varios nombres, como marca. Así, en este texto en particular, hacemos un ejercicio teórico sobre este proceso, basándonos en las consideraciones de varios investigadores de la teoría psicoanalítica. Es posible afirmar que las nominaciones pueden ser

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/ Campus Rio Claro.

tomadas como un efecto de la articulación de una cadena de significantes en el discurso de cada investigador; además, tales nominaciones inscriben sus propias características y distinciones, como un nombre propio, como una letra.

**Palabras Clave:** Educación Ambiental. Formación del sujeto. Psicoanálisis. Tema ambiental.

### *Introdução*

A Educação Ambiental (EA) surgiu em um contexto de luta, em um período de luta pela abertura política, com a participação intensa de movimentos sociais e militantes pela causa ambiental. Como afirma Carvalho (2001a), a EA pode ser considerada a herdeira direta do movimento ecológico e do debate internacional sobre o meio ambiente, devido a sua origem e desenvolvimento se vincularem mais a esses fenômenos, do que ao campo educacional propriamente.

O lugar que a EA ocupa foi institucionalmente demarcado com a criação de alguns aparatos legislativos, tais como a Lei n. 6.938 de 1981, a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA; a promulgação da Nova Constituição Federal de 1988; a Lei n. 9.795 de 1999, a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA. Assim, a EA passa a ser vista como um processo educativo, tanto em espaços formais como não formais e que, em última análise, almeja a formação de sujeitos sensíveis às causas ambientais (BRASIL, 1981, 1988, 1999).

O estudo dos processos de formação ou constituição (aqui como sinônimos) dos sujeitos atravessados pela temática ambiental não é recente, produções científicas sobre esse tema variam desde artigos científicos a teses e dissertações. Um mapeamento possível pode ser realizado a partir do banco de dados do Projeto EArte. O EArte é um projeto interinstitucional que desenvolve pesquisas na linha do estado da arte a partir de teses e dissertações em EA, concluídas no Brasil, agregando pesquisas que datam de 1981 até 2020, por meio de um trabalho dialógico de uma comunidade de pesquisadores na área.

Uma busca rápida no Banco EArte aponta que, no período entre 1995 e 2020, foram produzidos 128 trabalhos que exploraram o tema de constituição dos sujeitos, sendo 22 deles apenas em 2020. O critério de seleção para chegarmos a esses resultados foi a busca em *qualquer campo* – recurso oferecido pelo Banco EArte – dos termos *formação do(s)/de sujeito(s)* e *constituição do(s)/de sujeito(s)*.

Assim, os resultados dessa busca nos permitem inferir que o interesse pela compreensão desses processos de constituição do sujeito mobilizado pelos ideários ambientais foi e tem sido marcante na comunidade de pesquisa em EA.

Nesse contexto, surge a pesquisa de pós-doutoramento do primeiro autor deste trabalho, cujo título provisório é *A Enunciação de sujeito em discursos sobre Educação Ambiental: Análise de teses e dissertações*, uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Na pesquisa, que está em andamento, estamos procurando compreender o funcionamento discursivo em enunciados sobre o termo em análise *sujeito*, bem como sua constituição no campo da EA, a partir do discurso de pesquisadores que se voltaram à essa questão como central nas teses ou dissertações

desenvolvidas.

Portanto, na pesquisa em desenvolvimento esperamos participar desta corrente infinita de produções de sentidos sobre esse processo no campo de estudos da EA e sua interface com outros campos de conhecimento, a partir de aportes da teoria discursiva materialista proposta por Michel Pêcheux e colaboradores, e de uma teoria da subjetividade de base psicanalítica, em Jacques Lacan. No momento, a pesquisa se encontra em estágio inicial, em que estamos fazendo o levantamento da produção acadêmica no Banco EArte e iniciando explorações com o material, seja ao nível de recortes de enunciados, seja teoricamente, como o presente ensaio.

Ao longo das primeiras explorações desenvolvidas, observamos que alguns trabalhos cunharam termos específicos – nomeações – a esses sujeitos que surgem dos processos educativos ligados temática ambiental. A seguir, trazemos alguns desses nomes que circulam na produção acadêmica e bibliográfica em EA.

Carvalho (2001 b), em sua tese de doutoramento, estudou os processos de constituição de um sujeito ecológico, que se supõe, idealmente, que atue conforme uma ética ambiental. Por meio de entrevistas das trajetórias e narrativas de vida de atores sociais (ecólogos, educadores ambientais etc.) em distintas faixas etárias, a pesquisadora compreende a atuação de um perfil identitário que, por seus atributos e ideias, desenha um sujeito ecológico subjetivado nos relatos de vida dos educadores.

Assim, propõe esse sujeito ecológico enquanto “um tipo ideal, remete a um modo instituinte de ser, posicionado à margem (alternativo) e animado pela pretensão libertária de deslocar as fronteiras entre militância e estilo de vida [...] constituindo parte de um novo horizonte para a ação política ambiental” (CARVALHO, 2004, p. 1).

Em tais processos de identidade e subjetividade, a historicidade é o elemento deflagrador. “O sujeito implicado nestas formações subjetivas e identitárias reside no entrecruzamento de sua condição de ser singular, individual, irrepetível, e sua natureza social, histórica, constituído na relação com os outros e com o Outro da cultura” (CARVALHO, 2005, p. 2). Dessa forma, tal compreensão de sujeito ecológico se traduziria em uma subjetividade ambientalmente orientada, encarnando dilemas societários, éticos, estéticos etc. que se configuram em vista de uma crise da sociedade, tendo na constituição do ambiental enquanto um campo de relações sociais, chão de resignificação e agenciamentos da experiência individual e coletiva (CARVALHO, 2004).

Carvalho (2005) destaca que os processos de identidade e subjetivação do sujeito ecológico se dão em relação com os outros e o Outro da cultura, tendo, inicialmente, o âmbito educacional como ponto de partida. Dessa forma, constitui-se um sujeito a ser formado nos processos de uma Educação Ambiental, incorporando os preceitos formativos de cada vertente. A partir desse trabalho pioneiro no campo, outras pesquisas foram sendo desenvolvidas em torno do conceito de *sujeito ecológico*, conforme pode ser conferido no Banco EArte ao se fazer a busca pelos termos já mencionados, resultando em 55 teses e/ou dissertações que citam, em seus resumos ou títulos, essa nomeação.

Ainda no que diz respeito ao *sujeito ecológico*, Layrargues (2018) aponta para sua constituição sob o signo do que chama Antiecolologismo. O Antiecolologismo seria um período, a partir dos anos de 1970, marcado pela prevalência do interesse econômico na pretensa tentativa de reequilibrar economia e ecologia, no qual a sustentabilidade e o crescimento econômico são articulados na perspectiva neoliberal. Para o pesquisador, o atravessamento infligido pelo Antiecolologismo tornou a Educação Ambiental reprodutivista, disseminando valores da sociabilidade do capital e omitindo o quadro histórico-crítico, que permitiria o desnudamento das contradições da sociedade capitalista. Dessa forma:

No final, o sujeito ecológico conscientizado pela Educação Ambiental se converte numa peça da engrenagem do modo de produção capitalista, obediente ao seu papel social designado pela burguesia. Adquirem-se valores, comportamentos e conhecimentos compatíveis com os interesses do mercado. Advoga por um olhar específico sobre como deve ser o sujeito ecológico: investido do sentimento individual de responsabilidade e altruísmo para a construção da sustentabilidade, esse sujeito ecológico se curva aos ditames do capital e age da maneira que lhe impõe, acriticamente, seguindo fielmente os preceitos de uma específica e particular sustentabilidade, a do mercado (LAYRARGUES, 2018, p. 36-37).

Anos mais tarde, Layrargues (2020, p. 46) afirma que ao longo dos anos, a Educação Ambiental “teria sofrido uma inflexão nas suas intencionalidades pedagógicas e, atualmente, se encontra totalmente domesticada pelo currículo do ambientalismo de mercado”. Nesse contexto, aponta a necessidade de mudança de um *sujeito ecológico* conservador, enclausurado nesse imaginário domesticado, para a transmutação em *sujeito ecopolítico*:

Assim domesticado, esse sujeito ecológico civilizado mas despolitizado, se torna pacificamente instrumental ao sistema, porque só atua a favor de uma sustentabilidade muito particular, fazendo individualmente a ‘sua parte’ estritamente dentro da regra, ignorando a crítica ecopolítica e a luta coletiva para interromper a lógica predatória intrínseca ao capitalismo: cobrando políticas públicas regulatórias do Estado sobre o Mercado, para orientar de uma vez por todas o desenvolvimento econômico na direção da sustentabilidade, porque o tempo está se esgotando (LAYRARGUES, 2020, p. 75).

Nesse contexto, Layrargues (2020) define o *sujeito ecopolítico* como aquele que se investe do papel social da militância ecológica, como sendo aquele sujeito ecológico que exercita uma cidadania política, reconhecido como ativista da causa ambiental e que ultrapassou os limites reducionistas de uma individualidade meritocrática. À esse perfil identitário, torna-se imperativa a concentração de esforços formativos da Educação Ambiental.

Por fim, no cenário de teses e dissertações, surge a nomeação *sujeito ambiental* (BRITO, 2013; MARINHO, 2016) que, diferentemente dos autores anteriormente mencionados, não caracterizaram de forma clara as suas compreensões sobre o *sujeito ambiental*, apenas ocupando um espaço de identidade.

Ainda, ocorre a nomeação *sujeito mosaico* (PORTO, 2013), compreendido pelo autor como “coletivo e ao mesmo tempo singular, que vive, conhece, escreve, sofre, sorri e trabalha, mas produzido nos ambientes se preocupa, envolve, pensa e pratica a EA” (PORTO, 2013, p. 66), em um processo de devir, pensado a partir da perspectiva de uma composição de tesselas, de múltiplas facetas, conhecimentos, afetos e subjetividades. É um sujeito cuja prática se alicerça seja pelo engajamento político, pelo estilo de vida, filosofias, ou o amor à vida.

Em vista dos nomes adotados pelos diversos pesquisadores, compreendemos a possibilidade de outras nomeações também ocorrerem, de forma independente. A busca realizada até 2020 não foi exaustiva, e assim, outras designações podem ter ocorrido até o ano presente, ainda mais considerando o universo de produção científica na área.

Mesmo sem termos concluído essa busca de forma mais completa, pelos dados até agora reunidos, podemos considerar neste estágio de desenvolvimento da pesquisa, que algo desse sujeito sempre insiste em retornar, sob a forma de variados nomes, como uma marca. Trata-se de um fenômeno mediado pela linguagem, pelo ato de nomeação de um processo de constituição do sujeito em sua relação com a temática ambiental. Se partimos desse pressuposto, podemos assumir que algo escapa à essa nomeação, ou se coloca como diferencial, sofrendo reiterações e sendo objeto de investigação de variados pesquisadores que procuram, então, materializar esse faltante por meio da linguagem.

A partir do exposto, e considerando esse estágio de desenvolvimento e exploração inicial da pesquisa de pós-doutoramento, o nosso objetivo, neste trabalho, é discutir possíveis significados e sentidos a nomeação de sujeitos que circulam em relatos de pesquisa que fazem referências a processos formativos decorrentes de práticas em EA, tendo algumas questões como guia: que relações podem ser estabelecidas entre a nomeação de um determinado perfil de sujeito no campo da EA e as contribuições de uma teoria da subjetividade de base psicanalítica? Que contribuições ao campo da EA tais relações podem oferecer?

Assim, nos lançamos em um exercício teórico a partir de referenciais que considerem a constituição do sujeito pela linguagem e seus efeitos. Esperamos que dessa discussão para além de um exercício inicial de articulação de ideias, possamos contribuir com novas perspectivas e considerações para esse campo crescente.

*Apoios teóricos: sujeito, significante e letra em Jacques Lacan*

Refletir e discutir sobre processos de constituição do sujeito requer optar por alguns pontos de apoio para interlocução, uma vez que esse é o objeto de estudo de inúmeros

campos do conhecimento, cada qual partindo de um viés e traçando considerações que podem, por vezes, divergir. Assim, nesse exercício teórico nos situamos na Psicanálise, fundamentando-nos nas considerações de Jacques Lacan (1901-1981) e de seu retorno às obras de Sigmund Freud (1856-1939), a partir da proposição de um sujeito do inconsciente; bem como do trabalho do próprio Freud (2020) e de pesquisadores contemporâneos que se voltaram a tais discussões.

Inicialmente, trazemos para discussão os conceitos de significante e letra, a partir dos quais nos debruçamos nesse exercício teórico. Posteriormente, apresentamos de que forma temos enxergado uma aproximação possível entre as contribuições de uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica e a EA. Por fim, colocamos em discussão as nomeações, os processos de constituição dos sujeitos, as relações com a EA elaboradas, e a consideração do sujeito imerso em sociedade, pensando no conceito de massa e a possibilidade de sua subversão via o processo educativo.

Sigmund Freud propõe, na obra *Interpretação dos Sonhos* (1900), o funcionamento de dois mecanismos nos processos inconscientes, chamando-os de deslocamento e condensação<sup>2</sup>. A partir de tais colocações, Jacques Lacan os associa, respectivamente, aos processos de metonímia e metáfora, propondo uma assimilação dos mecanismos inconscientes aos mecanismos da linguagem. Dessa forma, na teoria psicanalítica lacaniana, o inconsciente passa a ser estruturado como uma linguagem, em que a palavra se faz via de acesso a ele (LACAN, 1995).

Nesse sentido, o inconsciente é tomado por Lacan (1995, p. 813) como “uma cadeia de significantes que em algum lugar se repete e insiste, para interferir nos cortes que lhe oferece o discurso efetivo e na cogitação a que ele dá forma”. Em decorrência desse pressuposto, temos um sujeito do inconsciente que surge como ato de resposta, um efeito da linguagem, sendo concebido a partir dela em relação de alteridade com os outros e o Outro.

Ao considerarmos as relações de alteridade, de um lado temos a categoria de grande Outro (com inicial maiúscula), que designa a ordem que se encarna para o ser recém-aparecido, o bebê, na cena de um mundo social e cultural. É uma ordem significativa que não pode ser confundida como apenas a pessoa física do cuidador, e que, na maioria das vezes, é a mãe, mas presente neles também (LACAN, 1995; ELIA, 2004). O Outro designa um lugar simbólico prévio ao sujeito, pode ser compreendido como “a lei, a linguagem, o inconsciente, ou ainda, Deus - que determina o sujeito, ora de maneira externa a ele, ora de maneira intra-subjetiva em sua relação com o desejo” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 558). O Outro é o sítio prévio do puro sujeito do significante, ocupando posição mestra, de

---

<sup>2</sup> Sobre o conteúdo onírico, o deslocamento transforma elementos primordiais de um conteúdo latente, em detalhes secundários de um conteúdo manifesto. Já a condensação efetua a fusão de diversas ideias do pensamento inconsciente, para desembocar numa única imagem no conteúdo manifesto, consciente (ROUDINESCO; PLON, 1998).

dominação, estando presente em cada outro.

Por outro lado, o pequeno outro (com inicial minúscula) é o semelhante, compreendido também como o outro imaginário ou lugar de alteridade especular. No exemplo acima, sobre o bebê, o outro seria a pessoa física, o cuidador, ou como frequentemente acontece, a mãe. Dessa forma, o sujeito se constitui em um processo de alteridade, por um efeito do discurso, na relação com o Outro de cada outro, uma vez que não existe o Outro de si mesmo (LACAN, 1995; ROUDINESCO; PLON, 1998; ELIA, 2004). Portanto, “falar do sujeito é falar de efeito de linguagem; sujeito enquanto um ser de linguagem que foi falado antes de falar, que traz marcas do discurso do Outro” (MAGALHÃES; MARIANI, 2010, p. 402-403).

A partir da teoria psicanalítica lacaniana, é possível afirmar que o sujeito é um significante para outro significante, assim propõe Lacan (1995). Nesse sentido, o sujeito não é causa dele mesmo, mas surge em decorrência da articulação entre significantes, conforme aponta:

O efeito de linguagem é a causa introduzida no sujeito. Por esse efeito, ele não é causa dele mesmo, mas traz em si o germe da causa que o cinde. Pois sua causa é o significante sem o qual não haveria nenhum sujeito no real. Mas esse sujeito é o que o significante representa, e este não pode representar nada senão para outro significante: ao que se reduz, por conseguinte, o sujeito que escuta (LACAN, 1995, p. 849).

Lacan (1995) propõe a noção de significante a partir da subversão do conceito inicialmente proposto por Ferdinand de Saussure, instituindo distinções de seu homônimo linguístico ao longo de sua obra.

Para Saussure (2006) o sistema da língua funciona a partir de um conjunto de signos, chamado de signo linguístico. Um signo é o que une um conceito e uma imagem acústica, conhecido também, como a representação de uma palavra. O conceito é chamado de significado, e a imagem acústica, de significante. Tal união de significado e significante é interdependente e arbitrária, sendo estabelecida por meio de convenções sociais. A ideia de *mar* (significado), por exemplo, não está ligada à sequência de sons m-a-r, que lhe serve de significante, mas poderia ter sido representada por outra sequência. Para o linguista, qualquer significante pode remeter a um significado.

Conforme nos apontam Pontes (2005) e Lang e Andrade (2019), Lacan propõe duas modificações para a concepção de Saussure: 1) significado e significante passam a não ter uma pressuposição recíproca, e 2) um giro na configuração Significado/significante para Significante/significado, havendo primazia do Significante sobre o significado. Na prática, isso quer dizer que significante não se vincula mais com o sentido de forma única, sendo vazio de significado, não o representando, e que a significação surge da articulação com outros significantes.

Assim, considerando as modificações propostas por Lacan (1995), o significante pode vir a representar “não apenas palavras, cujos elementos mínimos seriam fonemas, mas

ganhar extensão de modo a vir representar frases ou expressões [...] o significante pode ser tomado como tudo o que é contável como um na fala do paciente” (PONTES, 2005, p. 10).

Nesse sentido, o significante não é idêntico a si mesmo, é a estrutura mínima de uma cadeia, em que os elementos se definem pela diferença, relacionando-se com outros significantes por oposição e encadeamento. Disso implica que, conforme dito anteriormente, a significação se produz por meio de tais articulações, e que na língua pode ser comparado às metáforas e metonímias, sendo o significante vinculado à inserção simbólica do homem na linguagem (LACAN, 1995; PONTES, 2005).

Para Roudinesco e Plon (1998, p. 708), o significante é um conceito central no sistema de pensamento de Jacques Lacan, sendo o “significativo do discurso (consciente ou inconsciente) que determina os atos, as palavras e o destino do sujeito, à sua revelia e à maneira de uma nomeação simbólica”. Salientamos que o significante é vazio de sentido, isto é, não carrega qualquer conteúdo em si, pois a significação dá-se apenas na relação em um encadeamento de significantes. Ainda sobre a significação, é importante considerar o conceito de ponto-de-estofa:

[...] a delimitação da significação fica circunscrita ao conjunto da sequência falada e não a unidades elementares sucessivas. O ponto-de-estofa possui uma função diacrônica na frase, já que a significação somente pode ser dada com o último termo, e cada termo é antecipado na construção dos outros e sela, inversamente, seu sentido através de um efeito retroativo (IRIBARRY, 2003, p. 120).

Em outras palavras, a significação só se fecha no último termo do enunciado, em que a operação ponto-de-estofa é o que permite situar, retroativa e prospectivamente, tudo o que se passa nesse discurso. Nesse sentido, Lacan (1995, p. 506) afirma que “se pode dizer que é na cadeia do significante que o sentido insiste, mas que nenhum dos seus elementos da cadeia consiste na significação de que ele é capaz nesse mesmo momento”. Assim, se a significação se dá pelo efeito de articulação entre significantes, para Lacan o conceito de letra é o que marca a estrutura unitária dessa significação: “enquanto o significante aponta para a diferença, abrindo novas possibilidades de significação, o conceito de letra marca a repetição dos mesmos elementos, finitos, no jogo significante” (PONTES, 2005, p. 11).

A letra seria o suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem, é o que permite designar a dimensão daquilo que se conserva, permitindo jogos de repetição e conservação. A definição de letra para Lacan vai sendo construída ao longo de seus seminários, em um dado momento não apresentando qualquer distinção com o significante (como no seminário “A carta roubada”), e depois sendo apresentada de forma mais precisa e divergente das anteriores (seminário “De um discurso que não seria do semblante”) (LACAN, 1995; PONTES, 2005). Nos importa, aqui, trazer a diferenciação entre significante e letra que é proposta por meio do conceito de traço unário.

A partir da releitura de Lacan da noção de *einzigere Zug* – traço único, de Freud (2020),



o traço unário é proposto e diz respeito ao elemento de diferença pura, permitindo contabilizar a unidade, o aspecto mais elementar do significante. Isso implica na “[...] possibilidade de apresentar uma identificação que não se prenda ao conteúdo, ou seja, ao significado, mas que remeta a uma marca diferencial – o traço” (PONTES, 2005, p. 9).

A letra sendo definida a partir do traço unário permite o reconhecimento de uma diferenciação entre marcas pela seriação em que estão colocados, apontando para a possibilidade de contagem das diferenças (LACAN, 2003). Conforme aponta Pontes (2005), não se trata de encadeamento, mas de unidade de contagem. Assim:

O traço, além de ser distinto de um signo, pode ser localizado como letra, essência do significante. Ao se equivaler à letra, o traço denota o nível mais arcaico e redutível, simples e elementar. Lacan anuncia que a letra pode ser transmitida, pois é efeito do discurso e por isso, pode-se fazer rasura, desaparecimento [...] Essa letra inscrita marca o sujeito que, mesmo fazendo outras escritas sobre essa primeira, ficará marcado com esta para sempre (NEVES; VORCARO, 2011, p. 283).

Nesse sentido, o traço unário é “significante não de uma presença, mas de uma ausência apagada que, a cada volta, a cada repetição presentifica-se como ausência” (RINALDI, 2008, p. 61). Outro aspecto fundamental, é que o traço unário está ligado ao nome próprio. Sendo o traço unário um traço de pura diferença, marca a divisão do sujeito pela própria linguagem. Esse funcionamento é similar ao nome, como sendo aquele que marca um a um, em sua singularidade. Portanto, o nome próprio é um exemplo de traço unário como uma marca distintiva que não se pode traduzir (LACAN, 2003; RINALDI, 2008). Tendo exposto brevemente os conceitos em que nos apoiaremos, algumas reflexões sobre o sujeito constituído em EA podem ser traçadas.

#### *Explorações iniciais: Aproximações possíveis de um sujeito X*

É importante salientar que as reflexões que aqui trazemos partem de um exercício teórico considerando uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, e não da prática clínica – psicanálise, como se houvesse um inconsciente do texto, da produção acadêmica que se pusesse a ser ouvido em um divã. Dito isso, um primeiro aspecto que trazemos em discussão é o relato da consideração desse sujeito que surge como efeito do processo educativo em EA, que pode ser tomado como um significante nessas produções.

Considerando o que expusemos sobre o significante e ponto-de-estofa para Lacan (1995; 2003), em que a produção da significação surge por meio do encadeamento em um processo circunscrito ao conjunto da sequência falada, é possível considerar distintas produções de sentidos ao se tomar o significante *sujeito* como algo que insiste e repete nos relatos de resultados das investigações e produções dos pesquisadores. Estando o significante *sujeito* veiculado em cadeias diversas, a significação que resulta dessas relações

pode ter sentidos distintos.

A temática ambiental é atravessada por uma miríade de fatores, de ordens política, social, cultural, econômica, subjetiva etc. Disso implica que o significante *sujeito* estará articulado a outros significantes que, comumente, surgem no campo da EA, tais como *natureza, ambiente, relação sociedade-natureza, ecologia, mercado* etc. O significante *sujeito*, por si só, é vazio de significação, produzindo seus efeitos por oposição e encadeamento a outros que se ligam no discurso do sujeito-pesquisador, e assim, considerando a origem diversa dessa comunidade que constitui o campo da EA, o jogo é infinito. Assim, é possível definir – nomear, distintos *sujeitos* como efeito da articulação desses significantes.

A partir da consideração do ato de nomear, esbarramos em uma marca que singulariza e se faz presente diante de algo que escapa: tomamos em consideração, então, um segundo aspecto, o conceito de letra. Neves e Vorcaro (2011) afirmam que a função de nome próprio pelo significante é o que irá amarrar algo no qual o sujeito se constitui, assim o significante representa para outro significante o sujeito.

Dessa forma, em concordância com Azevedo (2004), o ato de nomear vai além de simplesmente dar um nome, mas faz parte da própria constituição do sujeito. É a nomeação que permite a identificação ao traço unário, a primeira marca do sujeito, seu nome. Cabe, aqui, salientar dois pontos:

1) O nome próprio não tem tradução: Lacan é Lacan em qualquer idioma, e daí surge uma diferença com as nomeações em análise, pois podem ocorrer perdas de significado decorrentes da tradução entre idiomas (por exemplo, sujeito ecológico/ecological subject); e 2) o nome próprio é diferente de um termo que busca delinear características em um perfil identitário, e assim, perde-se a característica de diferença pura, pois vários sujeitos podem ser *sujeitos ambientais*, por exemplo. Cabe ressaltar, também, que muitos sujeitos em sociedade partilham do mesmo nome – *João*, por exemplo – e às vezes, até sobrenomes iguais, *João da Silva*, o que não deixa de marcá-los como diferença pura. A partir dessas considerações, é possível refletir sobre o agenciamento das distintas nomeações que esse sujeito recebe em seu atravessamento pela EA.

Portanto, termos como *sujeito ecológico, sujeito ambiental, sujeito ecopolítico, sujeito mosaico*, dentre outros *sujeitos X* que possam vir a surgir, podem funcionar como nomes, traços – letras, que demarcam uma contagem de diferença pura, distintos sujeitos identificados nesse processo educativo em EA. Tais nomeações amarram um significante, *sujeito X*, a esse processo de constituição.

Dissemos, anteriormente, que a letra marca a repetição dos mesmos elementos, apontando para a diferença: assim ocorre com o sujeito nomeado nesse processo formativo, tais nomeações inscrevem características e distinções próprias, tal como um nome próprio.

Apesar de funcionarem tal como um nome próprio, não o são. Nesse processo de nomeação escapa o que é radical a cada sujeito, o um. Dessa forma, nossas considerações se voltam à repetição de algo que marca e que insiste nessa inscrição – *sujeito*, como letra,

como significante; reconhecendo que há uma diferença entre a constituição e agenciamento do traço unário para um sujeito do inconsciente, e para o *sujeito* tomado como significante.

Nesse contexto, considerando as práticas educativas como processos formativos de uma sociedade, passamos agora a refletir sobre a nomeação e os sujeitos imersos em distintos grupos.

### *Entre significantes e as massas: a subversão do sujeito e o processo educativo*

Sigmund Freud (2020), na obra “Psicologia das Massas e Análise do Eu”, publicada originalmente em 1921, ao abordar os contrastes entre a psicologia individual e a psicologia social introduz uma discussão sobre o sujeito e sua inserção em um grupo, caracterizando transformações pelas quais o sujeito, inserido no meio social, acaba por passar, com alterações sobre os traços de caráter, inteligência, valores e desejos. A partir dos trabalhos de Le Bon, compreende que “num grupo, o indivíduo é colocado sob condições que lhe permitem arrojá-lo de si as repressões de seus impulsos instintuais inconscientes. As características aparentemente novas que então apresenta são na realidade as manifestações desse inconsciente” (FREUD, 2020, p. 4), compreendendo que o grupo, ou a massa, é um conjunto totalmente aberto à influência, desprovido de faculdade crítica e dotado de sentimentos muito exagerados. A massa é capaz tanto de realizações elevadas, quanto cruéis e brutais, conforme sua devoção a um determinado ideal.

Ainda para Freud (2020), a massa é mantida unida por um poder de alguma espécie, reconhecendo, como exemplo, o funcionamento de um grupo religioso e outro militar; a igreja e o exército. Nessas duas massas, cada sujeito se encontra ligado por laços libidinais tanto ao líder (Jesus Cristo; o comandante-chefe), quanto pelos demais membros do grupo. Nesse processo de laço, a posição de líder também pode ser desempenhada por uma ideia dominante, agenciando efeitos unificadores da mesma forma, laços emocionais que tornam cativos esses sujeitos, como o processo de identificação.

Ocupando lugar de destaque no Complexo de Édipo, a identificação pode ser compreendida como uma expressão remota de laço emocional com outra pessoa. Freud (2020), ao trazer exemplos do funcionamento do Complexo de Édipo, compreende que a identificação também pode surgir com qualquer percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa, para além do objeto de instinto sexual. A partir desse princípio, aponta que o laço mútuo entre os membros de uma massa é da natureza desse tipo de identificação, isto é, numa qualidade compartilhada entre seus constituintes e com o líder ou ideia dominante.

Pellegrino (1983) parte dos processos de identificação do Complexo de Édipo para dizer que a criança estabelece um pacto com a Lei da Cultura (ou a Lei do Pai). Tal pacto é estabelecido ao interiorizar uma lei que surge por medo à castração, sendo uma renúncia aos impulsos sexuais, a internalização da proibição do incesto e uma identificação com os valores paternos. Esse pacto com a Lei da Cultura “representa, por assim dizer, o batismo do ser humano, a marca da passagem que o faz ingressar, como postulante ou neófito, no círculo de intercâmbio social.

O Édipo e a linguagem, que são estruturalmente articulados, representam os grandes veículos de socialização da criança” (PELLEGRINO, 1983, p. 5). Ainda nesse contexto, no estabelecimento desse pacto, o pesquisador afirma que é pelo *trabalho* que o sujeito se insere no tecido social, aceitando a ordem simbólica que o constitui. O *trabalho*, assim, assume um papel estruturador no pacto social. Nesse sentido:

A aceitação da Lei da Cultura tem que abrir, para a criança, a possibilidade de ganhos fundamentais, assim também o pacto social não pode deixar de criar, para o trabalhador, direitos inalienáveis. Ofereço à sociedade minha competência e minha renúncia ao princípio do prazer, sob a forma do meu trabalho. Esta oferta me foi exigida pela própria sociedade, para que eu fosse aceito como sócio dela. Em nome do exercício do meu trabalho tenho o direito sagrado de receber o mínimo indispensável à preservação de minha integridade física e psíquica (PELLEGRINO, 1983, p. 6).

Se o pacto social não for respeitado, isto é, se os direitos trabalhistas forem descumpridos, tal pacto pode se romper, implicando em desordens e delinquências das massas. Quanto a esse aspecto, Rivera (2020) compreende que o pacto social proposto por Pellegrino (1983) se coloca como uma potencia de (re)formação social, em oposição ao caráter acrítico da massa. A formação da massa estaria na base de toda estrutura de privilégio e opressão social, por meio de processos de identificação. Indo mais além na discussão, a pesquisadora sugere que o termo *trabalhadores* vem ocupar o papel de significante estruturador na formação dessa massa que esteja baseada na igualdade entre *sócios*, na época em que foi analisada por Pellegrino (1923), compreendendo a possibilidade de agenciamento de outros significantes.

A partir disso, Rivera (2020) afirma que a sociedade não estaria, simplesmente, constituída por formações de massas distintas que se opõe por meio de dinâmicas complexas, mas que os significantes que permitiriam o pacto social em determinados contextos estariam recalcados socialmente, como efeito do discurso da mídia e outros dispositivos de poder. Uma implicação disso seria a impossibilidade de constituição de certas massas a partir de significantes que sejam coerentes com sua situação social e histórica, dando lugar a um processo de identificação e alienação com agrupamentos opressores e excludentes. Considerando a dimensão política, a pesquisadora afirma que “a ação política passa, hoje, portanto, pela tentativa de reconfiguração do pacto social através de significantes capazes de estremecer as linhas hegemônicas e forçá-las a tomarem outras direções” (RIVERA, 2020, p. 34).

Uma possibilidade de subversão à lógica da massa, diz respeito à consideração de um sujeito dividido, descentrado. Isto é, um sujeito que *não é senhor em sua própria casa*, implicando um reviramento das construções imaginárias que estabilizam formações identitárias de pertencimento a uma dada situação social. Como perguntas a esse processo, se questiona: “A potência de subversão do sujeito poderia ser transmitida no âmbito social? Poderia ser de algum modo compartilhada, como uma centelha de ligação entre nós? [...] Seria possível, com a psicanálise, buscar por esta via um outro modo de construção do “coletivo”? (RIVERA, 2020, p.

35). E assim, a pesquisadora compreende que essa subversão já encontra meios de realização em determinados campos, como a experiência artística quando acende sua centelha política.

A partir do exposto, voltamos ao campo da EA considerando-a como um processo educativo ambientalmente orientado. Nesse sentido, apontamos que determinadas nomeações sobre o sujeito constituído em práticas de EA, compartilhando um conjunto de ideais, valores e atitudes, configuram um perfil identitário atravessado pela dimensão política, cultural, histórica, econômica, dentre outros. Em vista desse contexto, é possível afirmar que esse perfil identitário pode funcionar como uma massa, na medida em que agencia laços de identificação entre seus membros, unidos por ideais em comum.

Assim, *sujeito ecológico, sujeito ecológico, sujeito ambiente, sujeito mosaico, sujeito X* etc. como significantes pode funcionar na diversidade de perfis identitários em EA, como um termo estruturante de outro pacto social associado a *trabalho*, mas considerando a dimensão do homem e sua relação com demais elementos da natureza, que historicamente não foi considerada. Cabe, no entanto, questionar que caminhos são possíveis para fugir da lógica identitária, isto é, quais projetos educativos podem trazer tal dimensão política como via subversão do sujeito, repelindo, em concordância com Rivera (2020), a adoção de um significante central.

Tal como a experiência artística, compreendemos que o processo educativo também pode se colocar na possibilidade de fazer emergir outros significantes que articulem as massas em um processo de subversão às ideias hegemônicas, na medida em que "a prática educativa é entendida como politicamente compromissada" (CARVALHO, 2015, p. 145). E é nesse ponto exato que cabe a reflexão sobre a EA que tem sido professada nas várias vertentes político-pedagógicas e o que se pretende com o processo de delimitação desse sujeito que sempre escapa à nomeação.

#### *Algumas considerações como vias de continuidade...*

Ao longo deste ensaio viemos apresentando alguns conceitos da teoria psicanalítica e uma possível aproximação ao campo da EA, especificamente, no que diz respeito aos relatos sobre o sujeito e sua nomeação (sua subjetivação, num sentido amplo), constituído por processos formativos em EA. Compreendemos que o trabalho desenvolvido por outros pesquisadores em investigar esse tema fundamenta-se em diversas linhas teóricas, para muito além do simples gesto de nomeação. Portanto, é importante salientar que nossas considerações se dão como mais uma forma de compreender esses efeitos em sua relação com a linguagem, do que propriamente o porquê do termo/nome escolhido.

Assim, por meio do apoio teórico no qual nos fundamentamos, é possível afirmar que as nomeações que buscam delinear um perfil desse sujeito podem ser tomadas como efeito do trabalho de significantes, *sujeito*, em uma cadeia de outros significantes que vão sendo articulados no discurso de cada pesquisador. Como resultado desse encadeamento, surge um *sujeito X*, produzido em processos metonímicos e metafóricos, que conserva uma marca diferencial – um traço, sendo assim tomado também como letra. Assim, nesse jogo de repetições se conserva um *sujeito* (aqui, significante) como letra (*l' être/lettre*, brincou Lacan), guardando

um nome (embora não seja próprio) que o singulariza dentre tantos outros *sujeitos X*.

Ainda nesse contexto, nos colocamos a pensar sobre o funcionamento dos grupos, ou massas, a partir das contribuições de Freud e pesquisadores contemporâneos. Assim, vimos que as massas são constituídas em torno de ideais hegemônicos, por meio de um laço de identificação com as ideias compartilhadas. Tais massas podem ser compreendidas, também, como articuladas por determinados significantes, que possuem características identitárias. Nesse sentido, Rivera (2020) aponta uma possibilidade de subversão à essa lógica pelo sujeito dividido, como aquele que revira as construções imaginárias que o estabilizam em formações identitárias de pertencimento. A experiência artística seria uma via de realização desse sujeito dividido, quando do atravessamento pelo político, e assim, consideramos as práticas educativas como potencialidades.

As implicações dessa proposição para o campo da EA, e especificamente para a temática em estudo – o sujeito e seu processo de constituição a partir dos relatos de pesquisadores – se dão no sentido de compreender que algo sempre escapa, seja na linguagem, seja nesse processo de nomeação, pois a significação sempre ocorrerá por encadeamentos. Isso resulta em um sem fim de nomes, *sujeitos X* que apenas refletem o efeito da cadeia de significantes articulada no discurso de cada pesquisador, retroativamente.

Além disso, é comum ser sugerido que, em processos de EA, se tenha em vista um determinado tipo de sujeito a ser formado, por exemplo, o *sujeito ecopolítico* (LAYRARGUES, 2020) e tantos outros, funcionando como uma espécie de molde para as subjetividades. Iremos advogar em razão de um *sujeito universal* para a EA? Antes de tudo, seria isso possível?

Portanto, compreendemos que não haja um nome único pelo qual esse *sujeito* deve ser chamado. Como significante, é dinâmico, vazio e, por isso, infinito em seus jogos metafóricos e metonímicos para a significação. Como letra, marca a diferença, conservando o que fica: *sujeito*, presente por sua ausência.

A guisa de uma conclusão, compreendemos que esse exercício teórico abre alguns caminhos para reflexão sobre esse sujeito que surge como efeito de linguagem. Partimos dos relatos de pesquisadores que se voltaram a esse tema, não nos ocupando, propriamente, sobre os discursos proferidos, mas para esse *fenômeno*, se assim podemos chamar, que insiste em retornar. Tal exercício se coloca como uma proposição inicial, um passo exploratório nesse entre-bordas de campos do conhecimento. Além disso, tais reflexões constituem parte de uma pesquisa em andamento sobre o tema, e assim, compreendemos que com o caminhar da pesquisa, outros entendimentos podem surgir.

### *Agradecimentos*

Agradeço ao apoio financeiro concedido ao processo nº 2021/07934-5, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Ressalto que as opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de minha responsabilidade e não necessariamente refletem a visão da FAPESP. Agradeço imensamente ao Prof. Dr. Luiz Marcelo de Carvalho, interlocutor e leitor crítico deste trabalho, pelos comentários e contribuições a cerca das ideias e caminhos iniciais explorados.

### Referências

AZEVEDO, F. C. Nome próprio, traço unário e autismo. In: COLOQUIO DO LEPSI IP/FE-USP, 5., 2004, São Paulo. **Proceedings ...** São Paulo: FE-USP, 2004. s.p. Available from: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000032004000100027&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032004000100027&lng=en&nrm=abn). Acesso em: 05 jan. 2023.

BRASIL. **Lei n. 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1981. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm). Acesso em: 05 jan. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 05 jan. 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm). Acesso em: 05 jan. 2023.

BRITO, F. A. **A percepção ambiental de professores e alunos e a Educação Ambiental no curso de direito da faculdade X**: um estudo de caso no sudoeste da Bahia. 2013. 283f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itapetinga, 2013.

CARVALHO, I. C. M. **Educação e movimentos sociais**: elementos para uma história política do campo ambiental. **Revista Educação Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 9, n. 16-17, p.46-56, 2001a.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção do sujeito ecológico**: sentidos e trajetórias em Educação ambiental. 2001. 349f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001b.

CARVALHO, I. C. M. Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (orgs.). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto da Cidadania, 2004. p. 01-22.

CARVALHO, I. C. A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Orgs.) **Educação Ambiental**: pesquisa e desafios. Porto Alegre, Artmed, 2005. p. 51-63.

CARVALHO, L. M. **Pesquisa em Educação Ambiental no Brasil**: um campo em construção?. 2015. 455 f. Tese (Livre Docência) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.

ELIA, L. **O conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FREUD, S. **Cultura, sociedade, religião**: o mal-estar na cultura e outros escritos/Sigmund Freud. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

IRIBARRY, I. N. O que é pesquisa psicanalítica?. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 115-138, jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/kMNkRYxpVCBG6NwwVR8Pryd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 out. 2023.

LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

LACAN, J. A identificação. **Seminário 9**: 1961-1962. Tradução de Ivan Corrêa e Marcos Bagno. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003. Disponível em: <https://lotuspsicanalise.com.br/biblioteca/Jacques-Lacan-O-seminario-Livro-9-A-identificacao>.

Acesso em: 4 out. 2023.

LANG, C. E.; ANDRADE, H. V. Formalização e clínica psicanalítica: a estrutura, o significante e o sujeito. **Cad. Psicanál.**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 40, p. 99-119, 2019.

LAYRARGUES, P. P. Subserviência ao capital: educação ambiental sob o signo do antiecológico. **Pesquisa em Educação Ambiental**, Rio Claro, v. 13, n. 1, p. 28-47, 2018.

LAYRARGUES, P. P. Manifesto por uma Educação Ambiental indisciplinada. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Niterói, [s.v.], número especial, p. 44-88, 2020.

MAGALHÃES, B.; MARIANI, B. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. **Linguagem em (Dis)curso**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 391-408, 2010.

MARINHO, J. S. **A Educação Ambiental no currículo de cursos profissionais na escola pública estadual, assentamento Terra Vista, Arataca – BA**. 2016. 226f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itapetinga, 2016.

NEVES, B. R. C.; VORCARO, A. M. R. Breve discussão sobre o traço unário e o objeto a na constituição subjetiva. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 278-290, 2011.

PELLEGRINO, H. Pacto edípico e pacto social (Da gramática do desejo à sem-vergonhice brasileira). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 de setembro de 1983. Folhetim n. 347. Disponível em: <https://docplayer.com.br/227097181-Pacto-edipico-e-pacto-social.htm>. Acesso em 4 out. 2023.

PINHEIRO, J. O sujeito da ação política: notas para uma teoria. **Lutas sociais**, São Paulo, [s.v.], n. 3, p. 143-163, 1997.

PONTES, S. A. Da quase equivalência à necessidade de distinção: significante e letra na obra de Lacan. **Revista do GEL: Grupos de estudos linguísticos do Estado de São Paulo**, Araraquara, v. 2, n. 1, p. 215-230, 2005.

PORTO, A. P. **Educação Ambiental a distância nas redes e processos de formação, currículos e subjetivação**. 2013. 134p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

RINALDI, D. O traço como marca do sujeito. **Estudos de Psicanálise**, Salvador, [s.v.], n. 31, p. 59-63, 2008.

RIVERA, T. **Psicanálise antropofágica (identidade, gênero, arte)**. Porto Alegre: Artes & Ecos, 2020.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Tradução de Vera Ribey e, Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. 27. ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

Wanderson Rodrigues Morais

E-mail: [w.morais13@gmail.com](mailto:w.morais13@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2441-8789>.

Recebido em: 09/10/2023

Aprovado em: 22/10/2023

Publicado em: 27/10/2023